



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

PARTIDO DOS TRABALHADORES

PROGRAMA DE GOVERNO

PAULO RICARDO OPUSZKA, candidato a prefeito de Curitiba, e PEDRO FILIPE CRUZ CARDOSO DE ANDRADE, candidato a vice-prefeito, apresentam a seguir as propostas do PARTIDO DOS TRABALHADORES para o governo municipal de Curitiba.

CURITIBA, 25 de Setembro de 2020.



ÍNDICE

Apresentação

Os Desafios da Conjuntura

Diretrizes do Programa de Governo

1. Transição Ecológica para o Século XXI
2. Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade
3. Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário
4. Desenvolvimento Social
5. Saúde
6. Educação
7. Segurança Pública Cidadã
8. Igualdade e Garantia de Direitos
9. Cultura
10. Esporte e Lazer
11. Participação Cidadã
12. Gestão Pública



APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da Covid-19 e pelo desgoverno do Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, fazem com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresçam cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando das/os que mais precisam.

Neste cenário, o Partido dos Trabalhadores apresenta seu Programa de Governo para Curitiba, período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro. Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometendo-se com o bem-estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, segurança, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura e desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Para isso, vamos debater com a população de nossa cidade as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação popular. Uma gestão atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estarão desamparados diante da grave situação do país.

Em virtude disso, apresentamos nosso Programa de Governo, fruto do acúmulo histórico das propostas do Partido dos Trabalhadores que, por meio de seus mandatos populares, vem atuando na defesa de um plano de reconstrução e transformação social, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Este Plano de Governo foi desenvolvido de forma coletiva, com a participação de vários setoriais do partido – que realizaram estudos e formalizaram propostas – e de especialistas, ativistas e militantes das mais diversas áreas, seguindo as diretrizes nacionais e estaduais do partido. Sua elaboração esteve sob a coordenação de Rodolfo Jaruga, com o apoio de Jussara Gouveia, Pedro Filipe C. de Andrade e Léo Ribas, e a sistematização, revisão e suporte de Roberto Elias Salomão. Não é possível mencionar todas/os as/os



colaboradoras/es (sob o risco de se cometerem injustas omissões), mas agradecendo às colaborações da ex-vice-prefeita de Curitiba Mirian Gonçalves e do ex-deputado federal Dr. Rosinha, extendemos nosso agradecimento a todas e todos os envolvidos.

Temos plena convicção de que, com o apoio da população de Curitiba, implantaremos as políticas que formulamos e defendemos em pleitos eleitorais recentes, tanto no âmbito federal e estadual, quanto no municipal. A partir da evolução e ampliação dessas propostas e do desenvolvimento de novos projetos, apresentamos as diretrizes e compromissos que assumimos com o povo de Curitiba.



OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual a política ultraliberal, desenvolvida no país desde 2016, vem provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental, cultural e moral – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE (2020). A taxa de trabalhadoras/es sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar das/os desalentadas/os, que nem ocupação têm.

São estas/es que sofrem com o aumento dos combustíveis, do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto às/aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinadas/os; professoras/es e artistas, perseguidas/os; e mulheres, pessoas negras e LGBTI sofrem diariamente violências e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo concentrador de riqueza e renda excludente, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 140 mil brasileiros e



brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidenta Dilma Rousseff do poder.

Associado à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas, fascistas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadoras/es, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento às/aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Em Curitiba a situação se agrava com a crise hídrica que se arrasta há meses, ante a inércia do prefeito e do governador, que nada fazem para mitigar o sofrimento daquelas pessoas que não possuem caixas-d'água e passam dias de angústia e seca. Ademais, as políticas sociais e a atuação do Estado encontram-se em declínio no município, já que a atual gestão privilegia certos setores empresariais que não têm compromisso com o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensoras/es da democracia, mostrando a força de quem resistem aos retrocessos de um governo quase ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma Curitiba onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional, gerando e garantindo novos direitos, como: o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras, preconceito e discriminação; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, raça, etnia, geração e de orientação sexual; a transparência na



gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que estão presentes aqui em Curitiba. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários, o programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o da Universidade para Todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza e da desigualdade, e melhorias significativas na distribuição da renda familiar.

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, seja por falta de visão e de conhecimento, ou até mesmo incompetência administrativa, deixando a comunidade desamparada.

São visíveis em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; a piora nos indicadores educacionais; o sucateamento do transporte público; a deterioração de espaços públicos, como praças, feiras e equipamentos esportivos; o abandono da questão da moradia, a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se, de um modelo administrativo no qual a indiferença em relação à segurança pública se constitui num dos mais evidentes exemplos de descaso com a cidade.

Diferentemente do desprezo as pessoas mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiadas/os e excluídas/os e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de Curitiba merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que atue no interesse da maioria da população.



1. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

A transição ecológica é um processo estratégico comprometido com a luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável. A pandemia alertou ainda mais o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

Propomos outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras.

Temos que pensar a longo prazo. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo brasileiro e de toda a humanidade. Os municípios podem fazer a sua parte, com muitas iniciativas pra iniciar esse caminho.

Nosso programa de governo contém medidas com essa lógica em todas as áreas de governo. No que se refere diretamente à transição ecológica, o programa é composto das seguintes propostas:

Tornar nossa cidade sustentável e resiliente, a partir da:

- Proteção dos mananciais.
- Promoção de energia limpa, com instalação de energia solar nas unidades da prefeitura.
- Diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo e água, e de gases de efeito estufa.



- Mitigação dos riscos de desastres ambientais: enchentes, deslizamentos de encostas, rompimentos de barragens, mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural.
- Estimular as empresas locais a adotarem medidas para se tornarem ambientalmente sustentáveis.
- Iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente.
- Multiplicar parques e intensificar arborização no espaço urbano.
- Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.
- Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, de catadoras/es e demais agentes envolvidas/os na produção de resíduos.
- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.



2. DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, esporte, lazer, educação, saúde, assistência social e segurança alimentar e nutricional em todos os bairros.

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

A crise econômica que afeta as receitas municipais, agravada pela extinção dos mecanismos de financiamento federal aos municípios para políticas de saneamento, mobilidade urbana e habitação para baixa renda, com a extinção do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários/PAC-UAP e do Programa Minha Casa Minha Vida, colocam dificuldades para uma atuação mais ampla.

Neste cenário desafiador, nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas a seguir.

2.1 MORADIA DIGNA

Conhecida como cidade modelo, Curitiba possui um ponto fraco em seu planejamento urbano: a moradia e a regularização fundiária.

O município conta com 50.499 domicílios em assentamentos irregulares (SISPEHIS, 2019), dentre os quais 33.589 estão parcial ou totalmente localizados em áreas de propriedade particular, o que se traduz em insegurança jurídica e constante ameaça de despejo. Número semelhante de domicílios, 34.888, localiza-se em áreas de riscos ambientais, demandando compatibilização do direito à moradia com o direito ao meio ambiente, garantindo moradia digna e meio ambiente preservado. Somente no bairro CIC há cerca de



30 mil pessoas em condições de moradia precária, a exemplo do complexo formado por quatro ocupações: Nova Primavera (2012), 29 de Março e Tiradentes (2015) e Dona Cida (2016), que congregam mais de 1.500 famílias¹.

Se mantida a média de 3,85 pessoas por domicílio, presumida pelo Plano Municipal de Habitação de 2008, a estimativa é de que vivem nestas condições 194.075 habitantes. Considerando a população estimada para Curitiba, de 1.948.626 habitantes, são 10% das pessoas residentes no município vivendo em assentamentos irregulares, ou o equivalente a toda população dos bairros Água Verde, Boqueirão, Capão Raso e Pilarzinho somadas.

Contribuem com esse contexto as condições de renda da população curitibana. De acordo com o IBGE (2020), o rendimento médio mensal de trabalhadoras/es formais no município é de R\$ 3.721,00 ou o equivalente a 3,5 salários mínimos. Considerando todo o rendimento familiar, é possível verificar que, em 2010, 33% dos domicílios tinham renda de até 3 salários mínimos e outros 22% entre 3 e 5 salários mínimos (IBGE, 2010). Em outras palavras, naquele ano, mais da metade das famílias curitibanas tinham um rendimento de até 5 salários mínimos.

O cenário, que já era motivo de apreensão, assumiu contornos ainda mais dramáticos sob uma nova crise econômica brasileira, com a maior taxa de desemprego desde maio de 2017, alcançando, em Curitiba 7,9% da população (IBGE, 2020). Se a falta de uma moradia digna já era um problema histórico para essa população, em momentos como esse políticas públicas para enfrentamento desta questão tornam-se ainda mais urgentes. Sem renda suficiente para garantir uma moradia adequada, essas famílias habitam em condições precárias, em áreas irregulares, com carência de serviços e infraestrutura públicos, vulneráveis aos riscos ambientais urbanos e sob constante ameaça de remoção.

Além da precariedade enfrentada por essas famílias em assentamentos, Curitiba tem sofrido com o aumento significativo da população em situação de rua, chegando a 2.782 famílias inscritas no Cadúnico em maio de 2020 e cerca de 5.000 pessoas identificadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

A gravidade da questão habitacional também pode ser explicada pela falta de prioridade na agenda pública do governo municipal. Historicamente, o orçamento disponibilizado pelo município para habitação não passa de 1%, tendo passado apenas nos anos de 2006

¹ Fonte: <https://ponte.org/apos-repressao-policial-ocupacao-29-de-marco-e-destruida-por-incendio-em-curitiba/>.



(1,07%) e 2009 (1,20%). Ainda, se considerados apenas os últimos 4 anos, é possível verificar que a Prefeitura investiu, anualmente, apenas 0,1% do orçamento municipal para tratar a questão.

Em 2019, a fila da COHAB tinha 38.377 inscritos, sendo que 85% tinham renda de até 3 salários-mínimos. Esses dados preocupam, na medida em que, ao menos desde 2018, o município não possui nenhum programa de habitação de interesse social que atenda as rendas entre 0 e 2 salários mínimos.

Por ser um produto extremamente caro, a aquisição de moradia depende de financiamento imobiliário. Isso exige ter renda capaz de suportar um financiamento de longo prazo e, no caso do Brasil, a juros elevados. Assim, as opções para a população que recebe até 5 salários-mínimos se limitam à fila da COHAB ou, para aquelas/es com até 1 salário mínimo, adensar as favelas mais centrais, estender as favelas da periferia e, por fim, mudar-se para favelas na região metropolitana.

Em contrapartida, as últimas gestões têm priorizado o investimento dos recursos públicos em recapeamento de asfalto, pintura de fachadas e substituição de iluminação pública em bairros já infraestruturados. Há um absoluto descaso com esta pauta que tem caráter local e com as pessoas que mais necessitam de políticas públicas para concretizar o direito social fundamental à moradia adequada e a uma vida digna. Em face disso, propomos:

2.1.1 CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Um novo arranjo institucional capaz de dar as diretrizes e executar as políticas habitacionais, de regularização fundiária e desenvolvimento urbano é mais que necessário! A Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano deverá ser a responsável por: i) elaborar um Plano Municipal de Habitação; ii) definir projetos prioritários e a destinação orçamentária; iii) criar, receber e destinar fontes de recursos financeiros para a execução das ações necessárias à consecução da política municipal de habitação; e iv) monitorar e avaliar o andamento dessas ações.

Com esse novo arranjo institucional, o IPPUC (planejamento urbano e habitacional), a COHAB (produção), o Departamento de Urbanismo (fiscalização) e o proposto Departamento de Regularização Fundiária seriam órgãos executores das políticas públicas



urbanas.

2.1.2 PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL EFETIVA

Atualizar o Plano Setorial de Habitação Municipal de 2008, que, de acordo com o Plano Diretor de Curitiba, deveria ter sido revisado até o final de 2018.

Elaboração de um Plano Participativo de Habitação com base na Conferência Municipal de Habitação, contemplando: (1) Produção e publicização de diagnóstico; (2) Leitura coletiva da realidade; (3) Audiências Públicas regionalizadas para debater os principais problemas apresentados no Diagnóstico; e (4) Programa/priorização pactuada com a população.

Junto ao Plano, a criação de canais permanentes de comunicação, com participação paritária e de caráter deliberativo para o acompanhamento dos processos de planejamento e gestão da política habitacional de Curitiba.

2.1.3. AUMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL

Destinar, no mínimo, 2% do orçamento municipal para a habitação. O enfrentamento da questão da moradia exige recursos financeiros compatíveis. A produção habitacional e a regularização fundiária dependem amplamente de subsídios governamentais.

O período com o maior volume de recursos públicos investidos em habitação em Curitiba foi entre 2007 e 2013 por meio dos programas federais PAC e MCMV da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

2.1.4. PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM REGIÕES COM INFRAESTRUTURA

Regulamentar e aplicar os instrumentos urbanísticos que viabilizam a produção de habitação de interesse social em regiões infraestruturadas, já previstos no Plano Diretor de Curitiba, mas nunca regulamentados em lei.



Cota da Habitação de Interesse Social (HIS): contrapartida de empreendimentos de grande porte na forma da produção da HIS no entorno do empreendimento (adotada na Gestão Haddad - PT em São Paulo);

Empreendimento inclusivo: Empreendimentos que têm como contrapartida a doação de unidades habitacionais no mesmo empreendimento, constituindo um parque público de HIS que pode ser ofertado através de aluguel social;

Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória (PEUC): Exigência aos proprietários de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, para que se promova o seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicação do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com o pagamento de títulos da dívida pública;

SEHIS vazios: Reserva e demarcação de terrenos vazios para fins de produção de HIS.

2.1.5. PROGRAMA MORADIA PRIMEIRO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Implantar o Programa Moradia Primeiro, viabilizando a moradia como direito humano fundamental e condição e meio de concretização dos demais direitos para todas as pessoas em situação de rua. A moradia proposta é individual e independente, localizada em área bem localizada e infraestruturada, próxima de equipamentos públicos e fornecida por meio de aluguel social mediante eventual contrapartida do beneficiário.

2.1.6. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA INTEGRADA

Criação de uma política de regularização jurídica da posse junto à urbanização integral das áreas, com participação social, garantindo a moradia digna e integrada à cidade.

Criação de um Núcleo de Mediação de Conflitos participativo, para analisar a situação, construir um plano de regularização e viabilizar a sua execução;

Mutirão de regularização jurídica da posse gratuita em assentamentos prioritários;

Melhoria da qualidade urbana das 49 favelas onde houve contratos do PAC e o Município não efetivou a urbanização integral;



SEHIS regularização: demarcação de assentamentos irregulares como SEHIS, assegurando a sua urbanização e a titulação das áreas para as famílias ali localizadas, e, quando necessário, demarcação de áreas bem infraestruturadas como SEHIS para reassentamentos;

Execução de um Programa de Intervenção para Regularização Fundiária Integrada e Desenvolvimento Urbano Participativo de acordo com a complexidade dos problemas físicos do assentamento;

Formação de conselhos locais deliberativos para elaboração da cartografia, definição de prioridades e controle das intervenções;

Cartografia social elaborada com a comunidade, levantando as necessidades primordiais, laços de vizinhança e solidariedade existentes e elaboração de uma proposta gradual, que permita manter o maior número de famílias na área;

Melhoria da infraestrutura urbana e ambiental, melhorias habitacionais e implantação de equipamentos e, na impossibilidade de permanência no local originário, a realocação e reassentamento;

Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social em parceria com as Universidades;

Estabelecer critérios de priorização de áreas para regularização;

Definição das áreas públicas, áreas mistas (públicas e privadas) e áreas privadas para intervenção e regularização por grau de complexidade.

Aplicação e efetivação da Lei nº 13.465/2017 - Regularização Urbana Simplificada (Reurb-S), com o fomento de parcerias junto ao setor cartorário, para redução dos valores de certidões necessárias para o andamento do procedimento administrativo de Reurb-S.

2.2. TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Em Curitiba, o transporte público está em declínio desde a licitação de 2010, que gerou uma das tarifas mais caras do país e a expressiva e progressiva redução do número de passageiras/os. Como consequência, a taxa de motorização na cidade aumentou drasticamente, e com ela a poluição e o número de acidentes e mortes de trânsito, que



atingem pedestres e ciclistas de forma mais imediata. É necessário reinventar o sistema de transporte de Curitiba, apoiado numa concepção de mobilidade urbana que favoreça a transição ecológica e beneficie diretamente a classe trabalhadora e estudantes.

Em 2011, a Rede Integrada de Transporte de Curitiba transportava 2,2 milhões de passageiros/os ao dia. Em 2018 eram apenas 1,3 milhões ao dia. Uma perda de mais de 900 mil passageiros diários em quase uma década de vigência da concessão, o que evidencia o fracasso do modelo. Por outro lado, o prefeito negou-se a convocar o Conselho Municipal do Transporte, impedindo o controle da sociedade civil sobre os atos da gestão. Descaso e pouca transparência.

Lembremos que o transporte em geral, segundo o IBGE, já representa o segundo gasto das famílias brasileiras (18,1% em 2018), ultrapassando o da alimentação. A tarifa técnica é de R\$ 5,30 e a da tarifa à/ao usuária/o, R\$ 4,50.

Diante desse quadro, faz-se necessária a imediata redução desses valores, com vistas à universalização da gratuidade do transporte a todas e todos, com fulcro na Emenda Constitucional 90/15, que instituiu o transporte como direito social no artigo 6º da Constituição. O transporte é direito social, como saúde e educação, e é dever do Estado universalizar o seu acesso a toda a população.

Diante disso, são nossas propostas:

- Revisar imediatamente os contratos de concessão, reduzindo a tarifa técnica e a tarifa à/ao usuário/a.
- Planejar novo modelo de concessão, em razão do vencimento dos contratos em 2025. .
- Fazer integração temporal de todo o sistema, instituindo o bilhete único.
- Criar novo fundo de financiamento do transporte coletivo.
- Instituir imediatamente um plano de gratuidade e preço diferenciado para estudantes e população de baixa-renda.
- Reduzir progressivamente o valor da tarifa social, de forma a alcançar a tarifa zero.
- Criar frota pública mínima administrada pela URBS, no sentido de averiguar os



custos operacionais e realizar maior controle sobre os componentes da tarifa.

- Fortalecer o Conselho Municipal do Transporte, incluindo setores da sociedade civil, município e movimentos sociais.
- Adotar medidas efetivas de facilidade de acesso para cadeirantes e deficientes físicos à estrutura do transporte coletivo.
- Articular a criação de um aplicativo metropolitano, cooperativo, de transporte de passageiros e produtos, que garanta direitos trabalhistas e previdenciários e uma melhor remuneração dos trabalhadores.
- Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica.
- Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética.
- Implantar ciclovias em rotas úteis, facilitando o uso dessa alternativa de transporte.
- Adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar pedestres na travessia de vias públicas.
- Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número de vítimas no trânsito.
- Promover a manutenção permanente das vias, implantando progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura.
- Planejar e adotar estratégias para coibir assédio sexual, tornando o transporte público seguro para mulheres e LGBTI.

2.3 SANEAMENTO BÁSICO

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população, é um dos grandes desafios para todas as cidades.

Apesar de ter sido aprovada a lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade, inclusive nos casos em que os serviços estão a cargo de companhias estaduais ou empresas privadas.

2.4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Num contexto de grave crise hídrica em Curitiba, com falta de água há vários meses, os mais afetados são as/os moradores da periferia, que nem sempre contam com caixas d'água para aguentar o rodízio. Portanto, é necessário prestar muita atenção no abastecimento da água. Assim, propomos:

- Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento da população e das empresas.
- Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social.
- Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, manguezais, rios e mananciais degradados.
- Participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região.
- Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazerem o mesmo.
- Aumentar progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto.



- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto.
- Aperfeiçoar os instrumentos de regulação dos serviços e dos mecanismos de participação social.

2.4 RESÍDUOS SÓLIDOS

- Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal.
- Implantar/Ampliar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadoras/es de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, ao aumento da reciclagem e da compostagem residencial.
- Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, de catadoras/es e demais agentes da cadeia de resíduos sólidos: produtoras/es, comerciantes, distribuidoras/es, importadoras/es, prestadoras de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidoras/es.

2.5 DRENAGEM

- Criar legislação que induza o aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações.
- Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos.
- Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.
- Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de



águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Nosso governo cumprirá o papel de ser o motor do desenvolvimento local, mesmo nas circunstâncias desfavoráveis provocadas pela crise econômica e pelas medidas neoliberais adotadas pelo governo federal. Nosso foco será a necessidade de gerar emprego e renda para a população afetada pela crise, que sofre ainda mais com a pandemia do Covid-19. As iniciativas serão estruturadas a partir das seguintes diretrizes e propostas:

3.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Formularemos a estratégia de desenvolvimento para nossa cidade, buscando promover o crescimento dos setores econômicos, inclusive aqueles baseados na economia solidária, com o objetivo de gerar empregos e renda; tendo também como perspectiva incentivar a transição ecológica. Vale lembrar, a transição ecológica é uma estratégia para alcançar uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, assegurando a saúde do planeta, superando a crise climática e protegendo os biomas.

Criaremos o Conselho de Desenvolvimento Econômico com a participação dos diversos setores empresariais, das cooperativas e empreendimentos da economia solidária; dos sindicatos de trabalhadoras/es, das universidades e da sociedade civil organizada. Buscaremos consolidar, fortalecer e desenvolver as principais cadeias econômicas da cidade e elaborar programas específicos para:

- Atrair as/os fornecedoras/es das atuais empresas industriais para se instalar na cidade.
- Trazer empreendimentos comerciais e de serviços inexistentes, evitando que a população se desloque para outras cidades.
- Estruturar uma rede de micros e pequenos negócios ou cooperativas, geradores de renda.
- Desenvolver novas vocações econômicas tais como turismo, cultura, gastronomia, entre outras.

3.2 TRABALHO E RENDA

Pensando no desafio de um plano de governo que possa auxiliar na criação de empregos formais, produção de renda, inclusão social, não é possível dissociar da situação econômica local, municipal e nacional com suas especificidades e diferentes potencialidades.

Saídas para a crise não serão criadas a partir do município, mas o desenvolvimento local e a superação de várias das etapas poderão surgir com iniciativa do poder público municipal. Para isso, são diretrizes: a. Compreender o município como organizador e incentivador da produção; b. Compreender o município como grande consumidor; c. Adotar políticas interseccionais entre secretarias municipais. Propõe-se:

- Recriação da Secretaria Municipal do Trabalho e Renda (SMTE). Recriação do órgão municipal em todas as suas competências e na condição de condutora dos programas municipais de trabalho e renda.
- Reestruturação do Observatório do Trabalho de Curitiba em parceria entre a SMTE e o DIEESE, com o objetivo de subsidiar gestoras/es e conselhos de políticas públicas locais, informações, análises e propostas de ação no mundo do trabalho e desenvolvimento, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população.
- Organizar e incentivar a produção:
 - a. Cooperativa municipal de micro-crédito. (Experiência Yunes), com o fornecimento de capital básico para desenvolvimento de atividades de MEIs e microempresárias/os, que não disponham de crédito bancário ou garantias, para o incentivo de empreendimentos, de criação de empregos e renda.
 - b. Desenvolvimento dos bairros de acordo com produção tradicional local - vocação dos bairros;
 - c. Incubadora de startups e novas tecnologias - criação de programa e laboratório para abrigar startups nacionais,
 - d. Cursos de qualificação para profissões tradicionais, autônomas e mais rentáveis. (Ex.: Construção civil: azulejista, calceteiro, calceteiro de péti-



pavé, pedreiro de restauro, marceneiro de restauro, segurança do trabalho, bombeiro. Geral: sapateiro, chaveiro, jardineiro. Confecção: bordador, técnica overloquista, cortador, costureiro. Serviços: Cabeleireiro, maquiador, manicuro, pedicuro. Saúde: servente, motorista de ambulância. Artes: cenógrafo, câmera, aderessista, operador de luz e som, contrarregra).

e. Escola de artesanato e arte, estruturada com orientação de técnicas e design.

f. Feira de oferta de serviços e produtos originados nos cursos (Ex.: venda de artesanato e objetos artísticos produzidos por estudantes da escola, prestação de serviços rápidos e agendamento de outros).

g. Orientação para o primeiro emprego;

h. Incentivo da economia criativa;

- Criar mecanismos que auxiliem as MEIs e micro e pequenas empresas.

- Viabilizar e incentivar as iniciativas de cooperativismo, microempreendedorismo responsável e de economia popular e solidária na cidade entre as populações mais vulneráveis, jovens, mulheres, negras e negros, LGBTI, indígenas e deficientes, dentre outras.

O município é o maior consumidor “individual” de produtos e serviços em geral. A previsão do Executivo municipal para 2020 é de receitas e despesas na ordem de R\$ 9,435 bilhões. O valor é 4,3% superior ao previsto para 2019, de R\$ 9,041 bilhões. As principais despesas por função de governo são com saúde (23,02%), previdência social (20,56%), urbanismo (19,57%) e educação (18,54%).

A Lei 8666/93 estabelece alguns critérios que podem ser aplicados na compra de produtos e contratação de serviços. Algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelas/os pequenas/os fornecedoras/es são a falta de assessoria no cumprimento do edital, dificuldades para providenciar a documentação correta e acompanhamento do pregão, de forma a resultar em benefício dos MEIs, micro e pequenas empresas. Portanto, há que se criar mecanismos que ampliem a participação dos micro-empresárias/os e empreendedoras/es individuais nos pregões municipais.

- As secretarias deverão participar ativamente, sob a coordenação da SMTE, da



política de criação de emprego e renda.

- Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a compra de alimentos da agricultura familiar, no mínimo de 50% das necessidades da administração direta e indireta do município, por meio de chamadas públicas e fazendo uso da dispensa de licitação, visando o fomento à produção sustentável, à comercialização e consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.
- Combate intransigente a todo trabalho que desrespeite a dignidade humana, os direitos humanos e as normas trabalhistas.
- Inclusão social: utilização da capacidade fiscalizadora do município para o cumprimento rigoroso das leis de inclusão social por meio do trabalho, além de política de conscientização de empresárias/os e programas de incentivos.
- Atendimento descentralizado da SMTE, distribuído pela cidade com a reativação do programa do Sine Móvel - vans equipadas para a prestação de serviços em locais pré-agendados, de acordo com a necessidade e prioridade.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

As primeiras experiências de cooperativas de economia solidária da nossa cidade tinham como objetivo melhorar a qualidade de vida e diminuir o custo de vida das/os trabalhadoras/es. Estas experiências aconteceram na Região Sul de Curitiba, nos bairros: Boqueirão, Xaxim e Pinheirinho.

A Economia Solidária é uma forma de combate à desigualdade. Ela surgiu em um contexto de crise do Estado de bem estar social. Trabalhadoras/es que perderam ou que nunca tiveram oportunidade de trabalhar foram obrigadas/os a empreender seus próprios negócios, para produzir bens de forma a atender as suas necessidades básicas. Surgiram assim as primeiras cooperativas de economia solidária.

A implementação da economia solidária na forma de política pública tem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário e, portanto, ganha destaque no momento em vivemos devido ao fato de que o atual sistema de desenvolvimento coloca em lados opostos o crescimento econômico e a equidade e justiça social.



Para a implantação desse modelo, propõe-se:

- Garantir a criação do Centro Público para produção, processo, estoque e comercialização de produtos com parceria Campo e Cidade. Criação/ampliação de rede regional de Comunicação, a partir do levantamento de cadastro de produtos para divulgar e popularizar a Economia Solidária na mídia;
- Fazer o mapeamento em Curitiba dos Empreendimentos da Economia Solidária visando à constituição de redes e cadeias produtivas, mantendo um monitoramento permanente;
- Formação e/ou estruturação de redes de comercialização de produtos reciclados através de uma rede de Economia Solidária, incentivando a reciclagem de resíduos sólidos com conscientização da população;
- Criar um Centro Público Municipal que contemple a formação dos empreendimentos da economia solidária, qualificação, assistência técnica e outros espaços para a comercialização dos produtos, criando um calendário de feiras nas regionais e que haja espaço para as feiras de economia solidária dentro dos espaços das feiras tradicionais de Curitiba;
- Incluir recursos destinados à política pública de finanças solidárias no Plano Plurianual (PPA) como também na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Adaptar a legislação para facilitar acesso às linhas de crédito, liberação de recursos sem análise cadastral dos empreendimentos econômicos solidários;
- Criação de fundos solidários a partir dos EES (bancos comunitários, fundos solidários e moedas sociais);
- Criar linha de crédito exclusiva para a Economia Solidária reduzindo-se a burocracia, subsidiando-se os juros e flexibilizando-se as exigências em relação ao avalista a exemplo do aval solidário coletivo;
- Incorporar o tema da Economia Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino, com a criação de disciplinas e cursos, bem como a incorporação do tema nos projetos políticos pedagógicos no sistema de ensino;



- Firmar parcerias com a Secretaria Municipal de Educação para oferta de cursos que atendam as especificidades da Economia Solidária;
- Criar ações de sensibilização e mobilização junto a todas as secretarias do governo municipal e o Poder Legislativo;
- Incentivar a divulgação das Ações de Economia Solidária nas páginas institucionais, tanto de Entes Públicos em todas as suas esferas, como de Entidades Apoiadoras e Financiadoras de Economia Solidária;
- Criação do selo Municipal de Economia solidária para identificação dos produtos de Economia Solidária e outras estratégias de divulgação e fortalecimento da Economia Solidária;
- Desenvolver o Plano Municipal de desenvolvimento da Economia Solidária, com diagnóstico, potencialidades de produção, comercialização e consumo por parte do Município, organizando produtores e produção: fomentando e articulando a criação de redes de associações e cooperativas, adequando os espaços e investimentos estatais, através de recursos públicos para construção, adequação e manutenção dos espaços de comercialização e produção dos empreendimentos.
- Priorizar as populações mais vulneráveis como mulheres, jovens, negras e negros, LGBTI, indígenas, deficientes, dentre outras.

4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades e assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

4.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos da/o cidadã/ão, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente, é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
- Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, população em situação de rua, mulheres, LGBTI, negras e negros, indígenas, jovens, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde e educação.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um dos maiores sistemas de proteção social e o maior da América Latina, tendo em vista sua cobertura territorial e amplitude de provisão de serviços continuados e benefícios não contributivos, destinando-se às pessoas, famílias e populações em situação de vulnerabilidade social, como a pobreza, a precariedade de acesso à políticas públicas, as violações de direitos, a exemplo das violências cometidas contra crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outros grupos, especialmente no contexto familiar e nos territórios mais desiguais das cidades, interseccionadas pelos pertencimentos de raça e gênero.

Em Curitiba, na gestão de Rafael Greca, os retrocessos se agravaram e são evidentes, em termos do desfinanciamento da política, redução de serviços, fechamento de equipamentos, precarização das condições de trabalho e da qualidade do atendimento prestado à população. Além disso, a fragilização da capacidade de gestão municipal e de integração com as demais políticas sociais contribui para a reprodução das expressões da desigualdade, ampliação das desproteções, violências e violações diversas nos territórios.



Diversos movimentos e organizações da área, por meio de uma coalizão de forças sociais, vêm denunciando ao sistema de justiça e órgãos de defesa de direitos a profunda precarização da Assistência Social. Ao Ministério Público - MPPR foi denunciado o fechamento de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, a precarização do atendimento, o desmonte dos sistemas públicos e do trabalho qualificado nas redes de proteção. Do mesmo modo, diversas entidades e organizações têm denunciado às Defensorias Públicas da União - DPU e do Paraná - DPE, o fechamento de equipamentos e a profunda precarização do atendimento prestado à população em situação de rua. Como resultado, foram emitidas Recomendações Administrativas conjuntas do MPPR e DPE no tocante às condições de atendimento à população em situação de rua, além de ação judicial requisitando a retomada imediata da prestação dos serviços ofertados nos CRAS.

Os 7 CRAS fechados em Curitiba localizam-se em territórios altamente vulneráveis e com violações diversas, apontadas inclusive pelos Conselhos Tutelares e pela população ouvida em audiências públicas. Qualquer alteração no posicionamento das unidades estatais deveria ser precedida de estudo das vulnerabilidades sociais territoriais e do levantamento de necessidades junto à população local. Num contexto de retorno de aumento da extrema pobreza e das violências, de aprofundamento da desigualdade social, os governos deveriam ampliar a proteção e não reduzir provisões. Nesse sentido, os CRAS se constituem em direito da população e orientam-se pelo princípio da universalidade da cobertura e da integralidade na proteção social e devem ser inseridos no ciclo da política de Assistência Social de Curitiba.

Para o referenciamento das mais de 120 mil famílias em situação de vulnerabilidade, 36 mil beneficiárias/os do programa Bolsa Família, aproximadamente de 28 mil beneficiárias/os do Benefício de Prestação Continuada, de pessoas e famílias com direitos violados e que residem em territórios desiguais, o que inclui infâncias, juventudes, pessoas em situação de rua, migrantes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTI, além das novas desproteções e demandas provocadas pela Covid-19, é preciso que haja equipes técnicas e serviços conforme as normativas do SUAS. A prefeitura de Curitiba não tem garantido a recomposição de equipes técnicas para a qualidade dos serviços, assim como para a efetivação de outras funções do SUAS e de atuação intersetorial de defesa dos direitos e na relação com o sistema de justiça. Importante destacar que é no âmbito dos serviços que o trabalho social possui o potencial de reduzir vulnerabilidades e interromper violações, com desenvolvimento de ações que visam o fortalecimento dos vínculos socioafetivos, de pertencimento e de sociabilidade, e que potencializem a incidência política



para o enfrentamento das vulnerabilidades.

A crise social e econômica, agora agravada pela crise epidemiológica, tem aprofundado a desigualdade, ampliando as violações de direitos, especialmente nos territórios desiguais, afetando de modo assustador as famílias vulneráveis, com precarização de suas condições de vida, principalmente da população infanto-juvenil e, mais recentemente, a população afetada pelo fechamento dos postos de trabalho, isto é as/os novas/os vulneráveis. Fenômenos como trabalho infantil, desemprego e pobreza estão ampliando as demandas por serviços e benefícios. Retirar equipamentos reduz as possibilidades de proteção social e de acesso à renda, serviços que fortalecem a capacidade protetiva das famílias, a integração com as demais políticas públicas, assim como o funcionamento das redes de proteção nos territórios. Em Curitiba a população tem sofrido com a redução de benefícios e da capacidade de atendimento, especialmente neste momento de efeitos da pandemia. Do mesmo modo, as/os trabalhadoras/es do SUAS de Curitiba estão sofrendo com a precarização das condições de trabalho, ausência de uma política de cuidado, segurança e valorização. Estão na linha de frente de enfrentamento da Covid-19, com diversas demandas e desproteções que não estão sendo acompanhadas por dificuldades de respostas efetivas da gestão e mínimas condições de trabalho. Somada a estes fatores, a ausência de concursos públicos e mecanismos de gestão do trabalho provocaram uma situação de colapso nos serviços, de demandas represadas, de ausência de condições objetivas para a qualificação dos serviços prestados à população.

A total fragilização do SUAS em Curitiba traz consequências sociais, como a interrupção de cobertura de serviços e benefícios conforme as realidades locais/comunitárias. Do mesmo modo, a falta de governança democrática interrompe a cooperação, a inovação social, a participação social. Processo que também afasta entidades e organizações das possibilidades de compor o SUAS e a rede de iniciativas que promovam impactos sociais territoriais.

A proposta do PT para a Assistência Social de Curitiba visa a implantação de um projeto popular e de condições políticas e institucionais que efetivamente melhorem as condições de vida e reduzam desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e territoriais nos territórios curitibanos, de modo a reverter estes contextos desiguais e possibilitar a construção de uma cidade efetivamente justa, humana e igualitária.

São nossas diretrizes e propostas prioritárias:



- Criar a Secretaria Municipal de Assistência Social, com garantia de orçamento público ampliado e suficiente para a universalização da cobertura de serviços e benefícios em toda a Curitiba;
- Ampliar a proteção social para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com expansão e qualificação de serviços e benefícios socioassistenciais, prioritariamente em territórios mais vulneráveis, o que requer a ampla cobertura de equipamentos do SUAS, com CRAS, CREAS e Centros Pop e demais equipamentos;
- Garantir a prestação de serviços e concessão de benefícios que considerem as diversidades socioculturais e identidades, viabilizando o acesso de grupos específicos, visando sua proteção e protagonismo;
- Implantar Benefício Eventual para atender situações de vulnerabilidade social temporária, destinado especialmente para jovens egressas/os de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes. LGBTI e pessoas com histórico de situação de rua;
- Implementar a Política para População em Situação de Rua, com implementação de arranjos que envolvam entidades da área, reorganização dos serviços e implementação de propostas inovadoras como “Casa Primeiro” e “Aluguel Social”;
- Universalizar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos territórios mais vulneráveis, para atendimento em contraturno, desenvolvimento de atividades que possibilitem acesso a direitos e redução de vulnerabilidades;
- Fortalecer a integração com a rede socioassistencial não governamental, considerando as demandas dos territórios mais vulneráveis, com ampliação e adequação de custeio de serviços e projetos, e implantar programas para atendimento integrado com entidades e organizações de defesa de direitos;
- Implantar programa integrado ao Programa Adolescente Aprendiz, com ampliação de parcerias, desenvolvimento de ações voltadas ao protagonismo e formação cidadã;
- Implantar Redes de Proteção Social Regionais para pessoas com direitos violados, a partir do reordenamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente,



contemplando outros públicos e intensificando a participação das demais políticas públicas e articulação com o sistema de justiça.

- Implantar o Centro Dia para Pessoas Idosas nas regionais que apresentem essa demanda, fortalecendo as parcerias com a rede socioassistencial não governamental;

- Ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, acolhimento, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;

- Ampliar programas voltados à juventude, trabalhadoras/es informais e desempregadas/os, negras e negros, indígenas, LGBTI, deficientes e mulheres, visando autonomia financeira e ascensão social;

- Implantar novas formas de acolhimento institucional na modalidade de repúblicas ou famílias acolhedoras para públicos vulneráveis, em especial jovens egressas/os de acolhimento institucional, LGBTI expulsas/os de casa, mulheres e meninas vítimas de violências e idosos com vínculos familiares rompidos;

- Implantar o Centro de Educação Permanente do SUAS, para formação continuada, produção e disseminação de conhecimentos, metodologias de intervenção, com fomento da inovação em gestão e trabalho social, em parceria com Universidades e organismos nacionais e internacionais;

- Implantar Comitês Populares de Assistência Social nos territórios de CRAS, para fortalecer o acompanhamento e avaliação da política de assistência social, contribuindo no processo democrático e na qualidade dos serviços prestados à população, bem como identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos e ações que promovam direitos, renda e qualidade de vida nos territórios;

- Investir em novas tecnologias sociais e intersetoriais para o atendimento da proteção social para famílias com direitos violados, identificando demandas coletivas para implementação de serviços integrados que atendam especificidades territoriais, com maior integralidade das proteções;

- Implantar serviços em conjunto com a saúde mental para o atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento



conjunto de serviços domiciliares que possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com uma ou mais pessoas da família;

- Fomentar a integração com a Economia Solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;
- Compor arranjos que integrem a Assistência Social com sistemas produtivos, visando a formação de ecossistemas empreendedores que possibilitem acesso ao mundo do trabalho;
- Garantir concurso público e organização de equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com adoção de políticas de valorização do trabalho;
- Aprimorar a vigilância socioassistencial, com adoção sistemática do índice de proteção social e a construção de um mapa de proteção/desproteção social.

4.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente bastante grande de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

- Implantar o Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável.
- Construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.
- Ciar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, redistribuindo-os para as populações vulneráveis.
- Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território.
- Promover oficinas de hortas nas escolas e outros equipamentos públicos, associadas à formação em temas de nutrição, promoção da saúde e direito à

alimentação adequada;

- Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade.

4.3 POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, ao combate às violências contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

- Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violências.
- Fortalecer o serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
- Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.
- Fortalecer os Conselhos Tutelares.

4.4 POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA

Promover ações que valorizem a população idosa e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

- Fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário.
- Oferecer formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação das/os profissionais que cuidam de pessoas idosas.
- Priorizar as populações mais vulneráveis, como mulheres, negras e negros,



LGBTI, indígenas, deficientes, dentre outras.

4.5 POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.

- Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.
- Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.
- Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação das/os profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.
- Realizar campanhas informativas amplas na perspectiva de divulgação dos direitos da população com deficiência.



5. SAÚDE

A atual pandemia, que já levou à morte mais de 140 mil brasileiras/os, dos quais 1.200 apenas em Curitiba, pôs a nu uma realidade que já vinha sendo construída há anos: a saúde pública, assim como os demais serviços públicos essenciais, foram impiedosamente sucateados, aviltados, destruídos. Qualquer proposta em relação aos serviços públicos deve obrigatoriamente partir deste fato. Recuperar esses serviços, de forma que eles possam atender a população de forma eficiente e humana, será uma dura batalha.

Ainda no governo Temer, foi aprovado o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, medida confirmada pelo governo Bolsonaro, que levou a irresponsabilidade às culminâncias. Não se tratava, evidentemente, de uma “gripezinha”, mas tratar a pandemia como tal agravou em muito a situação.

A diminuição dos investimentos em saúde, a falta de equipamentos, a insuficiência da rede física de atendimento, a redução do número de trabalhadoras/es da saúde e o fim ou depreciação de vários programas importantes de atendimento na área de saúde são processos que se desenrolam em todo o país - e Curitiba não é exceção. De 2012 até agora, o número total de servidoras/es da área da Saúde em Curitiba caiu de 7.500 para 6.841, mesmo com o crescimento da população. Essa redução de pessoal se dá em praticamente todas as carreiras: agentes, auxiliares, enfermeiras/os, médicas/os. Mas é mais grave ainda: cresceu a proporção de servidoras/es em regime de trabalho precário. Faltam profissionais na Atenção Básica, Saúde da Família, agentes comunitários de saúde e na Urgência e Emergência.

Nossas propostas para a Saúde levam em conta esta situação. A pandemia evidenciou que não basta recuperar o que foi perdido nos últimos anos, é necessário ir além, prover mais e melhores serviços de saúde, contratar mais profissionais, melhorar e ampliar a rede física de atendimento. Para atingir esses objetivos, é necessário combater para revogar o congelamento dos investimentos, para que a ampliação dos serviços possa ser financiada.

Nossas propostas partem do princípio de que a saúde é um direito fundamental do ser humano e se confunde com o próprio direito à vida. Baseiam-se também na convicção de que as políticas de saúde não podem limitar-se à assistência médica e à prevenção das doenças. A Saúde deve ser compreendida como resultado das determinações sociais originadas nas formas de organização social da produção, que podem gerar desigualdades nas condições de vida. Têm impacto direto na saúde a educação, habitação, emprego,



saneamento, lazer, segurança, transporte e alimentação. Como direito inalienável da população, a Saúde é igualmente um dever do Estado.

Conferir este caráter integrado às políticas de Saúde é necessário quando se constata do que adoecem e do que morrem as pessoas em Curitiba. A grande proporção de internamentos provocados por acidentes e violências é um indicador seguro da necessidade de medidas eficazes de segurança para a população, do mesmo modo que o alto número de internamentos por doenças do aparelho circulatório poderia ser consideravelmente reduzido com medidas preventivas como alimentação saudável, prática de exercícios físicos, etc.

São propostas básicas:

- Defesa, ampliação e melhoria do Sistema Único de Saúde - SUS. Este é o eixo fundamental. Sem o SUS, a tragédia da pandemia teria sido ainda maior. Para fortalecer o SUS, é essencial afirmar seus princípios, quais sejam a universalização (saúde é um direito de todas/os), a equidade (as pessoas têm necessidades distintas e maior atenção deve ser dada a quem mais precisa) e a integralidade (o indivíduo deve ser considerado como um todo e o atendimento deve levar em conta todos os aspectos que afetam sua saúde).
- Gestão participativa e solidária da Saúde. O objetivo é transformar nosso município em um “Território Saudável”. Para atingir este objetivo é necessária a mobilização da sociedade no sentido de assumir e apoderar-se das questões relacionadas diretamente com a sua saúde e a própria qualidade de vida.
- Construção da cidadania. Exige uma concreta democratização da gestão e uma efetiva e universal atenção à saúde. Nosso governo planejará as ações de saúde e colocará todos os serviços à disposição da comunidade. Todo o equipamento deverá ser revertido para a sua vocação primeira, que é a inclusão social, tendo como objetivo final um pacto em favor da vida e a construção da cidadania.
- Transetorialidade e Transversalidade. As rígidas estruturas estáticas e verticais que vigoram hoje serão dinamizadas. Daremos voz a todas/os as/os agentes envolvidas/os nos processos sociais. Desta forma, servidoras/es das diferentes áreas e cidadãos/ãos assumem o compromisso pela mudança e pela reversão dos fatores determinantes dos problemas. A articulação das políticas públicas será



transversal e interseccional, buscando a solução conjunta dos desafios colocados. A busca para a solução de problemas da saúde e dos demais desafios colocados para a administração será feita através de ações interseccionais, como por exemplo: moradia; trabalho e renda; educação; lazer e esporte e cultura.

- Universalidade com Qualidade. Outro eixo prioritário do nosso governo será garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada no município. Para isso é necessária uma forte articulação com os demais municípios da Região e com a esfera estadual.

São propostas específicas:

- Priorizar a atenção primária à saúde, com foco no programa Saúde da Família, aumentando as equipes até que tenhamos uma equipe para cada 4 mil habitantes.
- Expansão da Estratégia de Saúde da Família e do Programa Saúde na Escola, com atenção especial a informações sobre gravidez na adolescência, planejamento familiar e construção autônoma dos projetos de vida das juventudes.
- Qualificar as equipes da atenção primária com formação permanente, dotando-as dos materiais e equipamentos.
- Garantir o acesso da população aos serviços, utilizando estratégias de acesso avançado, incluindo a possibilidade de ampliação do horário de atendimento.
- Estabelecer e consolidar redes de atenção ligando cada unidade de saúde a uma UPA, CAPS, hospital geral.
- Aprimorar as equipes com especialistas para aumentar a capacidade de atendimento, reduzir as filas nas especialidades e reforçar a continuidade do atendimento pelas Unidades básicas;
- Incluir profissionais qualificadas/os para atendimento nas UPAs das/os pacientes em surtos psicóticos e ampliar o número de profissionais para atender a demanda ambulatorial.



- Reformar as Unidades Básica de Saúde (UBS), UPAs e CAPS para que a população seja atendida num local com condições adequadas e ambiência agradável e acolhedora.
- Valorizar a/o servidora/r da saúde, maltratada/o pela gestão Greca, realizando concurso público para o ingresso de novas/os profissionais e recompondo as equipes, com ênfase na contratação de agentes comunitárias/os de saúde (maioria demitida na atual gestão).
- Conferir transparência à gestão tanto em relação aos gastos com saúde como em relação à ocupação dos leitos disponíveis.
- Auditar todos os contratos da Secretaria Municipal de Saúde, em especial com a Organização Social (OS) que administra as UPAs.
- Garantir as condições e o suporte técnico, administrativo e financeiro para o funcionamento do Conselho de Saúde, bem como, o caráter democrático de representação e participação. Garantir a presença em reunião de todas/os as/os interessadas/os, inclusive dos movimentos sociais organizados, com paridade de representação.
- Estabelecer como norma a notificação dos casos de trabalhadoras/es da saúde e da segurança pública com Covid-19 como doença relacionada ao trabalho.
- Implementar a política de atenção à saúde das mulheres em Curitiba, com ações voltadas para a prevenção, promoção e atenção à saúde das mulheres em todos os ciclos de vida, considerando todas as mulheres: negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, com deficiência, dentre outras.
- Garantir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos com acesso às informações sobre sexualidade e reprodução, conhecimento do próprio corpo, acesso aos métodos contraceptivos e aos serviços de reprodução assistida para as mulheres que querem ser mães, mas têm dificuldade para engravidar.
- Garantir o atendimento ao pré-natal, parto e puerpério, proporcionando informações científicas sobre o processo de parto, sobre o parto natural e humanizado, sobre as práticas de referência positiva em contraposição aos partos hipermedicalizados.



- Atender aos casos de violência contra as mulheres, orientando e capacitando as/os profissionais da rede a serem receptivos às manifestações das mulheres, crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas que podem indicar situações de violência.
- Prestar atendimento aos casos emergenciais de violência sexual, através de hospitais de referência que atendam 24 horas e promovam o acolhimento das vítimas, a profilaxia para a gravidez resultante de estupro e para as doenças sexualmente transmissíveis.
- Construir e implantar o Instituto das Mulheres, considerando de forma interseccional a pluralidade de pertencimentos de gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, geração, classe social e deficiência, dentre outros marcadores sociais da diferença.
- Ampliar políticas de enfrentamento da mortalidade materna juvenil.
- Fortalecer os Programas de acompanhamento às gestantes jovens;
- Ampliar a estratégia de prevenção combinada para o enfrentamento da aids e demais ISTs, considerando a crescente “juvenilização” e feminilização destas doenças.
- Oferecer políticas de conscientização e atendimento a jovens e adolescentes com relação a saúde mental.
- Realizar formação continuada e permanente das/os gestoras/es e profissionais de saúde, visando a promoção do atendimento humanizado pelos equipamentos de saúde no Município de Curitiba no que se refere as questões de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, direitos sexuais e reprodutivos, vulnerabilidade social, situação de rua, direitos humanos e programas de saúde voltados a saúde integral da população LGBTI.
- Elaborar, em parceria com o movimento social organizado, material específico sobre saúde integral da população LGBTI, observando classe social, geração, raça, etnia, deficiência e demais marcadores sociais.
- Criar protocolo específico de atendimento para as mulheres lésbicas e bissexuais, visando um atendimento humanizado, respeitando suas especificidades, de forma



interseccional.

- Garantir através de políticas públicas o direito à saúde de forma qualitativa à juventude LGBTI, em especial às travestis e às/aos transexuais.
- Criar uma Coordenação de Saúde integral LGBTI.

Com esta concepção do que significa a Saúde e com essas propostas, assumimos o compromisso de garantir saúde de qualidade para todas/os as/os curitibanas/os.



6. EDUCAÇÃO

A educação é um direito humano fundamental, principal meio de acesso à cultura, às ciências, às artes, à filosofia, à tecnologia. O acesso à educação é condição importante para a mudança das relações sociais e superação das discriminações, para o desenvolvimento sustentável com garantia de distribuição de renda e de proteção aos recursos naturais. A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todas e todos é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para a prática de valores humanitários. O Brasil caminhou nessa direção nos 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, com fortes repercussões na educação dos estados e municípios, adotando medidas estruturais como o FUNDEB, o Piso Salarial Profissional para o Magistério, a Emenda Constitucional 59 e o Plano Nacional de Educação.

Os dados apresentados pelo Laboratório de Dados do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná denunciam os resultados de um descaso com a educação pública municipal nos últimos anos. Com uma diferença de quase o dobro entre a demanda necessária de matrículas e a oferta de vagas, os dados demonstram a inexistência de um compromisso efetivo com uma educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos. A situação é mais grave na faixa etária de 0-3 anos, na qual se verifica um déficit de mais de 60 mil vagas de creches.

Além disso, é evidente a discrepância entre os investimentos em estruturas na educação feitos pelo PT e a atual gestão Greca. São legados do PT: a construção de 24 CMEIs no PAC 2 (contratos assinados em 2013 e 2014), soma de um total de R\$ 25.860.905,25 (Governo Federal) e R\$ 25.333.629,55 (Município) em investimentos. Na gestão Greca nenhuma nova estrutura foi construída. Foram apenas terminadas as construções dos CMEIs do PRÓ-INFÂNCIA (governo PT).

A desigualdade social está expressa na diferença da qualidade do ensino da periferia, cujas escolas apresentam índices inferiores aos das escolas centrais. O IDEB é um índice que, com todos os seus problemas, demonstra a desigualdade social da cidade. Com efeito, a despeito da melhora do desempenho de Curitiba desde o surgimento do índice (de 4,7 em 2005 a 6,4 em 2018), Curitiba ainda está abaixo de sua meta de 6,7 para 2021 – de fato,



75% das escolas municipais estão abaixo da meta². Mas isso não é o mais grave.

A grande questão é que as escolas da periferia têm resultado muito abaixo da média, mostrando a desigualdade social, estruturada pelas próprias políticas municipais: 17% das escolas tem resultado abaixo de 6, e é necessário reverter imediatamente esse problema.

São objetivos:

- Romper com a concepção de educação mercadológica, na qual as metas a serem cumpridas se distanciam daquelas que realmente importam aos processos educativos.
- Realinhar a proposta da educação para um caminho no qual as relações entre as pessoas e, destas com a Natureza, sejam o princípio.
- Enfrentar todas as formas de preconceito e discriminação em todas as ações da Educação.

EIXO 1 - PRINCÍPIOS DA ESCOLA PÚBLICA: direito a educação (acesso, permanência e aprendizagem), que deve ser laica, universal, pública, gratuita, democrática e presencial.

Propostas:

- Garantir o cumprimento das metas do plano nacional e municipal de educação no que se refere ao direito à educação;
- Fortalecer a formação das/os professoras/es em relação às temáticas de direitos humanos e fortalecimento da laicidade da escola;
- Efetivar as redes de proteção, entendendo a necessidade de fortalecimento dos conselhos tutelares, articulando a escola com assistência social e a secretaria municipal da saúde;
- Zerar o número de analfabetas/os na cidade, valorizando a EJA, abrindo turmas onde for necessário;

² Fonte: Portal IDEB, MEC/INEP, 2020. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=3719240>



- Integrar a Educação Infantil com o Ensino Fundamental a partir de processos contínuos, respeitando os tempos de aprendizagens individuais das crianças e pré-adolescentes;
- Ampliar a qualidade da educação, tomando o IDEB do município como um instrumento para subsidiar ações com vistas a superação das desigualdades territoriais da cidade;
- Melhorar os índices educacionais respeitando a autonomia das escolas em relação aos processos avaliativos, ao mesmo tempo em que possamos melhorar a proficiência das/os estudantes em todas as áreas do conhecimento;
- Garantir correção para todas as turmas para que se efetive com qualidade as políticas de ciclos de aprendizagem

EIXO 2 - REVISITAR AS METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: avaliar o cumprimento das metas e estratégias para Educação infantil; Ensino fundamental; Educação Integral; Inclusão e Educação Especial, confrontando com as políticas das atuais gestões (Greca/Curitiba).

Propostas:

- Instituir uma comissão paritária entre gestão e sociedade civil para o acompanhamento das metas do plano municipal de educação;
- Garantir todos os esforços para o cumprimento das metas do plano municipal de educação; dando ênfase para a meta de redução de estudantes por sala;
- Ampliar o número de crianças em escola integral, implementando vagas integrais em escolas integrais;
- Construir creches em todas as regionais da cidade, com a ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs);
- Garantir que a escola seja um espaço integrado à concepção de cidade educadora de fato, permanecendo aberta nos finais de semana com atividades articuladas pela Fundação de Ação Social em editais para que sejam organizadas oficinas de arte, música, bem como articular atividades com a secretaria de esporte e juventude para



que crianças e adolescentes tenham diferentes possibilidades de desenvolvimento.

EIXO 3 - VALORIZAÇÃO DAS/OS TRABALHADORAS/ES DA EDUCAÇÃO: A instituição de mecanismos de carreira que conjuguem a valorização profissional com oportunidades e salário digno é uma reivindicação histórica dos movimentos de professoras/es. Se, por um lado, esta discussão pode ser compreendida como corporativa e de interesse individualista, restrita às/aos profissionais da área, por outro lado, a defesa de melhores condições de trabalho, de carreira e de salário está relacionada a lutas sociais pela ampliação de direitos mais amplos, como o direito à educação.

Propostas:

- Desenvolver políticas de valorização das/os profissionais da Educação para as/os servidoras/es da educação em consonância com as pautas sindicais.
- Ampliar o recrutamento das/os profissionais da educação e demais trabalhadoras/es em educação por concurso público de provas e títulos.
- Revogar o PACOTAÇO, ou seja, restabelecer os direitos das/os servidoras/es públicos quanto aos planos de carreira revogados na gestão atual.
- Garantir Desenvolvimento Profissional, construir um (1) Centro de formação por regional para cursos semanais para constante aprimoramento das/os profissionais da educação e demais trabalhadoras/es em educação.
- Garantir programas de formação inicial e continuada, reformulando o PNAIC para o âmbito municipal.
- Estabelecer programas e projetos de prevenção e cuidados com a saúde mental das/os trabalhadoras/es em Educação e demais servidoras/es públicas/os.
- Garantir concursos específicos para áreas de arte e música no primeiro ano de gestão para todas as escolas integrais; e garantir que estas áreas do conhecimento sejam ocupadas por profissionais com formação específica em todas as escolas municipais de educação até o final da gestão.

EIXO 4 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO ELEMENTOS DO CURRÍCULO DA



ESCOLA PÚBLICA: democratização do acesso a internet e equipamentos para as/os que estão materialmente excluídas/os dele; nosso pano de fundo será a crítica às aulas remotas, ao mesmo tempo em que apontamos para as políticas que devem ser garantidas a partir daqui para superar as desigualdades geradas no contexto da pandemia. Nesse sentido, em relação à tecnologia, precisamos ampliar o debate sobre metodologias híbridas no contexto da aula presencial. Alterar a relação com a tecnologia, retirando o caráter exploratório que ela envolve como a exploração da Natureza com vistas ao lucro, por exemplo, e trazendo o caráter prático de soluções de problemas cotidianos; como ferramenta emancipatória, a tecnologia deverá ser abordada como parte indissociável do currículo.

Propostas:

- Reequipar as escolas municipais com laboratórios de informática modernos e atualizados;
- Garantir a ampliação dos equipamentos tecnológicos para uso cotidiano de lousas digitais, datashow;
- Garantir conexão de banda larga/internet para garantir acesso amplo nas salas de aulas;
- Levar projetos como robótica para todas/os as/os estudantes ao longo da gestão, considerando que atualmente o projeto é bastante restrito;
- Garantir que a escola seja um espaço integrado à concepção de cidade educadora de fato, permanecendo aberta nos finais de semana, para que sejam utilizados os laboratórios de informática com a finalidade de promover a inclusão digital da comunidade escolar e daquelas/es que não estão na escola;

EIXO 5 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: é preciso resgatar o compromisso coletivo com a Educação, melhorando as relações de confiança, valorizando a diversidade de experiências, ressignificando as funções, se afastando do modelo hierárquico e exploratório presente em toda a estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Educação. Valorizar e promover os processos de decisões coletivas a partir dos Conselhos das unidades, das Comissões de Educação em Direitos Humanos e dos



Conselhos representantes de turmas e Grêmios Estudantis. Os espaços externos das escolas podem ser revitalizados com a abertura e participação da comunidade escolar e do entorno em atividades programadas nos finais de semana, favorecendo a pertença da escola a todas e todos. É possível inclusive transformar estes espaços e tempos em centros de esporte, saúde e cultura, abrangendo infâncias, adolescências, juventudes e pessoas idosas.

Propostas:

- Criar conselhos de gestoras/es, abrindo amplo diálogo com diretoras/es e equipes pedagógicas para a formulação de ações da SME;
- Construir novas unidades e realizar a manutenção, atualização e revitalização das existentes.
- Valorizar as trocas de experiências entre as unidades, a partir de eventos localizados por regionais;
- Transformar as unidades em espaços acolhedores de convivência, com bosques, jardins, espaços para aprender brincando, com aproveitamento de água da chuva, com alimentação agroecológica, hortas comunitárias, ervas medicinais, saberes ancestrais, conhecimento de plantas, valorizando a troca e o consumo consciente;
- Garantir eleições diretas para diretoras para escolas de Ensino Fundamental e para os Centros Municipais de Educação Infantil;

EIXO 6 – EDUCAÇÃO, RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: A abordagem das questões de gênero, raça e diversidade sexual, numa perspectiva interseccional e de Direitos Humanos, precisa compor também o currículo da educação, adaptando-se a linguagem a faixa etária das/os estudantes.

Propostas:

- Transversalizar políticas de gênero na gestão, abordando as relações de trabalho, considerando que o universo é composto majoritariamente por mulheres diversas que precisam se sentir reconhecidas e valorizadas no que as une como profissionais da educação e nas suas interseccionalidades de gênero, raça,



orientação sexual, identidade de gênero, classe e geração tanto pela gestão democrática como pela comunidade na qual estão inseridas.

- Fortalecer a equipe multidisciplinar dos Núcleos Regionais, incluindo representantes da Comissão de Educação em Direitos Humanos;
- Formação continuada, articulada e pensada com as universidades públicas que integram o sistema municipal de Educação para temas que envolvem as temáticas amplas de direitos humanos;

EIXO 7 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Propostas:

- Garantir aplicação de 30% dos impostos vinculados para a educação, conforme o aprovado no plano municipal da educação;
- Garantir o FUNDEB para valorização das/os profissionais da educação, visando utilizar 100% dos recursos com folha de pagamento, efetivando as políticas de valorização salarial;
- Garantir programas de equidade e dimensionamento de pessoal diferenciado (a maior) garantindo mais profissionais da educação, com qualificação de relevância, em escolas que tenham menores índices de rendimento no IDEB;
- Garantir financiamento para ampliar o investimento em programas de tecnologias e inclusão digital.



7. SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

A segurança pública municipal, assim como em todas as esferas, é atividade interdisciplinar e intersetorial que não se resolve apenas com policiamento ostensivo, mas envolve uma gama de outros setores e serviços, como educação, esporte, lazer, cultura, limpeza e iluminação pública etc.

A base desse programa é construir um sistema racional de segurança pública municipal cidadã, consubstanciado em uma articulação permanente de ações preventivas policiais e ações sociais que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais das violências, por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas, voltado ainda ao policiamento comunitário, cidadão, de proximidade e resolução de conflitos, tendo a prevenção como principal solução na redução de índices de criminalidade e proteção à sociedade.

Nesse objetivo se mostra necessário o fortalecimento da Guarda Municipal de Curitiba como agência municipal de segurança pública, de natureza preventiva e comunitária, elevando a status de Secretaria, com orçamento próprio, e efetivando os princípios orientadores trazidos pela Lei 13022/14, o Estatuto Geral das Guardas Municipais, sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff.

São princípios que devem orientar a atuação do sistema de segurança pública municipal cidadã: proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas; preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas; patrulhamento preventivo; compromisso com a evolução social da comunidade e uso progressivo da força. Para implementação desse sistema sugerimos as seguintes medidas:

- Investir nas estratégias de Policiamento Comunitário e Policiamento Orientado para o Problema;
- Focar na prevenção por meio de ações pontuais de segurança, identificando os fatores que permitem ou originam o crime, estabelecendo uma ampla atividade de diálogo com a população.
- Aplicar as ferramentas do *smart policing* à segurança urbana, integrando a rede de inteligência artificial da cidade com os órgãos de segurança, procurando desenvolver uma filosofia de uso racional dos recursos. Investir nos meios digitais, criando linhas de comunicação direta entre a população e a segurança urbana



- Desenvolver um aplicativo de celular que pode ser usado para denúncias com um botão de pânico integrado para solicitar apoio policial nos ônibus do transporte coletivo e em casos envolvendo as mulheres, crianças, racismo e LGBTIfobia.
- Criar um conselho representativo da sociedade, da guarda e parlamentar para fiscalizar as ações de segurança e sugerir ações.
- Investir no *feedback* para deixar ciente a/o cidadã/ão sobre medidas tomadas com base em suas solicitações;
- Promover o diálogo entre os órgãos de segurança e movimentos sociais por meio de uma assessoria, com uma representação responsável por esse diálogo.
- Melhorar a formação humanística das guardas, promovendo a honra pelo serviço.
- Humanizar uniformes, viaturas e procedimentos.
- Criar o grupo "Anjos da Guarda", uma viatura nos moldes das viaturas Maria da Penha, mas com foco no serviço, capacitadas a ajudar nos casos de trânsito por meio de ações diretas de trânsito, mediação de conflito, etc. Além disso, as equipes terão um treinamento qualificado e específico em socorros de urgência, capacitação em línguas estrangeiras, e pontos de referência para informações. Se você precisa de ajuda, as/os anjos da guarda estão aqui para ajudá-lo.
- Revitalizar os programas sociais da guarda, em especial o Teatro de Fantoches e a Guarda Municipal Mirim.
- Investir na guarda dos poderes de fiscalização ambiental.
- Atuar na conscientização sobre o comportamento pessoal como fator de risco, sem culpabilizar a vítima;
- Aumentar o número de mulheres na Guarda Municipal.
- Criar serviço de psicologia policial.
- Fóruns locais comunitários: realizados em parceria com a sociedade civil local, pretendem ser intersecretariais, integrados e participativos. Têm por objetivo: garantir maior acesso aos direitos civis, sociais, culturais econômicos; fortalecer o exercício ativo da cidadania e ampliar o capital social; fortalecer as redes locais e de



solidariedade; fomentar a cultura de paz; aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo; diminuir fatores de risco das violências. A articulação de várias secretarias garante a integração entre os vários projetos na perspectiva da governança cooperativa, que garantirá a sustentabilidade do Programa Municipal.

- Projeto Guardiã Maria da Penha: é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Promoção das Mulheres e o Ministério Público. Em São Paulo, na gestão Fernando Haddad, mais de 100 mulheres da região central foram protegidas. As violências contra as mulheres e o aumento do feminicídio no Brasil devem ser uma preocupação e prioridade dos governos locais. Em Salvador, na Bahia, o projeto Guardiã Maria da Penha, feito em parceria com a Polícia Militar, também tem apresentado bons resultados.

- Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade: utilizar novas tecnologias para ampliar a sensação de segurança e inibir as violências vem se tornando uma das principais ferramentas da Segurança Municipal. Uma experiência exitosa foi o Centro Integrado de Monitoramento na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na gestão do prefeito petista Luiz Marinho. O Centro Integrado reuniu a Guarda Civil Municipal e as polícias estaduais. As câmeras de segurança foram instaladas prioritariamente nas entradas e saídas das escolas municipais e nos grandes corredores de tráfego.

- Gestão da Informação: as secretarias municipais agregam dados relevantes para a gestão da informação na política de segurança municipal, como é o caso da Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde. A notificação compulsória permite compreender dinâmicas de violências que são altamente subnotificadas nos distritos policiais, como por exemplo, a violência doméstica.

- Abertura das escolas municipais nos finais de semana: a juventude das periferias das cidades tem poucos espaços de lazer, cultura e esporte. A abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade aproxima a população do ambiente escolar e se torna a própria alternativa de lazer para as juventudes do entorno da escola.

- Gabinete de Gestão Integrada Municipal: criado no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania do governo do Presidente Lula, o GGI-M deve integrar todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e as/os representantes das polícias estaduais na cidade. Para que o GGI-M tenha



envergadura política, deve haver participação efetiva das secretarias e das polícias, tendo o prefeito o papel de coordenador político do GGI-M.

- Segurança Escolar: o que mais deveria marcar a identidade de uma Guarda Civil Municipal é o Programa Segurança Escolar, com o objetivo de garantir que escolas da Rede Municipal tenham presença fixa de guardas civis municipais e que estas promovam interação com a comunidade escolar e seu entorno. Se não houver efetivo suficiente para presença física, é indicado que façam rondas preventivas nas entradas e saídas das/os estudantes.

- Programa de Mediação de Conflitos em parceria com o Poder Judiciário: a mediação de conflitos é uma das atribuições das Guardas Civis Municipais, prevista na lei nº13.022/14. Em São Paulo, na gestão Haddad, mais de 200 GCMs foram formadas/os pelo Poder Judiciário para mediar conflitos. O objetivo era resolver pequenos conflitos, por meio da mediação e diálogo, sem judicializar os problemas. O judiciário homologava as decisões, fruto das mediações.

- Fiscalização e Orientação de Trânsito: o trânsito é uma das principais causas de morte nas cidades. Em parceria com a Secretaria de Transporte e contando com suporte de vídeo-monitoramento, as Guardas Civis Municipais podem e devem realizar fiscalização e orientação no trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, uma das atribuições previstas na lei federal.

- Realizar Policiamento Preventivo na Cidade: a principal novidade na lei federal 13.022/14 é que coloca como um dos princípios de atuação das Guardas Civis Municipais a realização de policiamento preventivo. Mesmo que muitas já o realizassem antes da lei, só com a regulamentação federal as Guardas Civis Municipais passaram também a ter a competência de realizar um tipo específico de policiamento, que é o policiamento preventivo, além de cuidar dos próprios públicos. Muitos, equivocadamente, passaram a acreditar que com este princípio de atuação as Guardas Civis Municipais têm a mesma competência da PM no município. Não têm. As PMs são responsáveis por manter a ordem pública e realizar policiamento ostensivo repressivo e preventivo, apesar de fazerem mais o repressivo. As rondas preventivas realizadas pela Guarda Civil Municipal devem ser diferentes da PM, em especial, ter uma forma nova de abordagem que caracteriza uma agência municipal preventiva e comunitária.



- Ações Interdisciplinares: talvez, a atribuição da lei federal que mais caracteriza a identidade das Guardas Civis Municipais seja a XII, do artigo 4º: “articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município”.
- Criar um programa específico de formação continuada de gestoras/es e agentes sociais na área de segurança pública, enfatizando as relações de gênero, com vistas a eliminar o preconceito, estigma, discriminação e violências em relação à comunidade LGBTI, através da realização de cursos, palestras, produção e distribuição de material midiático e campanhas educativas, numa perspectiva interseccional de direitos humanos, com a participação do movimento social LGBTI;
- Criar um Centro de Referência e atendimento à população LGBTI em situação de violência, com profissionais de diversas áreas, visando um atendimento humanizado, condizente com as normativas dos direitos humanos.
- Realizar formação continuada e permanente para erradicar a violência policial e as abordagens abusivas em relação a mulheres, juventudes, negras e negros, LGBTI, população em situação de rua, deficientes, pessoas idosas, comunidades de favela, dentre outras populações vulneráveis.



8. IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS

A sociedade brasileira vem sofrendo ataques diretos aos direitos humanos. A partir do momento em que se dizimam as populações indígenas, se encarcera e mata a juventude negra, se tortura e mata a população LGBTI, se violenta e mata mulheres e meninas, se ameaça a soberania nacional, se privatiza e sucateia a estrutura pública, se destrói os biomas, se desdenha de uma pandemia, é possível perceber que os direitos humanos fundamentais são colocados em xeque.

Em Curitiba, com uma gestão que nos últimos 4 anos acompanhou em muitos aspectos esse circo de horrores que é o governo federal atualmente, é possível observar que as políticas públicas e sociais de direitos humanos sofreram duros ataques. Com a pandemia, é possível observar que existem novas populações vulneráveis pelas ruas. Pessoas que perderam suas fontes de renda e que não tiveram outra alternativa que não ocupar as ruas. Essas populações vulneráveis, que têm seus direitos humanos violados, têm pertencimentos e apresentam marcadores sociais da diferença. São mulheres e meninas, negras, negros, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo, jovens, pessoas idosas, deficientes, de comunidades tradicionais, de religiões de matriz africana, dentre outros marcadores sociais.

Propomos políticas públicas e sociais efetivas que têm como princípio fundamental a defesa dos direitos, a proteção, o acolhimento e o respeito a essas populações, produzindo oportunidades para uma vida plena. Essas políticas terão como característica comum enfrentar as várias dimensões da desigualdade presentes no cotidiano dessas/es sujeitas/os. Além disso, realizaremos campanhas, em conjunto com o movimento social organizado, para incentivar a transformação social em busca do combate às situações de preconceito e discriminação que produzem a exclusão social e as violências.

8.1 POLÍTICAS PARA MULHERES

Vivemos tempos de intensificação dos ataques às vidas e aos direitos das mulheres e meninas. As violências contras as mulheres e meninas se constituem num grave problema social e são algumas das principais formas de violação dos direitos humanos. No governo do PT, as políticas públicas e sociais para as mulheres e meninas estarão presentes, articuladas com os movimentos sociais feministas e de mulheres, em todas as áreas de



governo, buscando:

- Implantar políticas geradoras de autonomia econômica - capacitação profissional, geração de emprego e renda para mulheres do meio rural e urbano;
- Ampliar vagas em creches públicas e no Ensino Fundamental;
- Ampliar as condições de acesso a educação para as mulheres em todas as fases das suas vidas;
- Fortalecer a rede de proteção e combate às violências contra as mulheres e meninas, promovendo a assistência integral àquelas que sofreram quaisquer tipos de violências, doméstica, sexual e às meninas que sofreram abuso sexual;
- Capacitar de forma contínua as/os profissionais do sistema de segurança pública, do SUS, do SUAS e da Educação para maior proteção para as mulheres de todas as idades.
- Fortalecer as ações de atenção à saúde integral das mulheres, com atendimento humanizado, em todas as fases de seu ciclo de vida;
- Criar a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com equipe qualificada e orçamento próprio;
- Fortalecer os conselhos de políticas para as mulheres, estimular e apoiar a auto-organização delas em nossa cidade, contribuindo com sua luta por direitos;
- Considerar em todas as ações as mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo, bem como as que os demais apresentam marcadores da diferença, como negras, indígenas, deficientes, dentre outros;
- Realizar a Conferência Municipal dos Direitos das Mulheres periodicamente, em parceria com os movimentos sociais feministas e de mulheres.

8.2 POLÍTICAS DE COMBATE AO RACISMO

O Brasil foi o último país americano a abolir a escravidão negra (1888), por mais de 300 anos explorou-se a mão obra escravizada para assentar as bases estruturais e econômicas



do nosso país. Esse sistema resultou em marcas profundas na estrutura social, econômica, cultural, histórica e política na sociedade brasileira. Principalmente O racismo brasileiro é estruturante e estrutural. Com isso, se capilariza e se faz presente em todos os espaços da sociedade. Essa estrutura racista brasileira é inadmissível e precisa ser radicalmente combatida. O compromisso do enfrentamento ao racismo estrutural, fundamentado no princípio da dignidade humana, exige atuação efetiva, firme e contínua do Poder Público. Para cumprir com esse compromisso, o PT promoverá políticas públicas e sociais específicas de promoção da igualdade racial, de criação de oportunidades e políticas afirmativas, que valorizem e promovam a identidade positivada das populações negras, inclusive com ações voltadas à prevenção das violências contra a juventude negra, com programas permanentes que reduzam a mortalidade e o encarceramento.

- Fortalecer as ações de atenção integral à saúde da população negra, com ênfase nas suas especificidades e nos efeitos físicos e mentais decorrentes do racismo;
- Desenvolver políticas públicas e sociais geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de afroempreendedorismo e empreendedorismo indígena;
- Implementar, no currículo oficial da rede de ensino da prefeitura, a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme estabelece a lei federal 11645/08;
- Desenvolver campanhas contínuas contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;
- Criar a Secretaria Municipal da Igualdade Racial, com equipe qualificada e orçamento próprio;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Políticas Étnico-raciais, estimular e apoiar a auto-organização dessas/es sujeitas/os em nossa cidade, contribuindo com sua luta por direitos;
- Considerar em todas as ações a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo negras, negros e indígenas.
- Realizar a Conferência Municipal da Igualdade Racial periodicamente, em parceria



com os movimentos sociais de negras e negros e movimentos sociais indígenas.

8.3 POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE LGBTI

A sociedade é dinâmica e a pluralidade de corpos, práticas e experiências de vida compõe a sua diversidade. Dentre as populações vulneráveis, a de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – LGBTI, vive um processo de exclusão social contundente e enfrenta muitos obstáculos no acesso a políticas públicas e sociais, por não atender de forma linear as normas instituídas pela sociedade heterocisnormativa para gênero e sexualidade. Para o enfrentamento dessa situação, o PT, partido que reconheceu a população LGBTI como cidadã, na gestão do presidente Lula, se propõe a:

- Criar um Sistema Municipal de Políticas Públicas LGBTI, composto por Coordenação Municipal, com equipe qualificada e orçamento próprio, Plano Municipal e Conselho Municipal composto por sociedade civil e gestão pública, responsável por efetivar as políticas públicas e sociais para essa população nas diferentes áreas da gestão pública municipal;
- Criar um observatório de violação dos direitos e violências contra a população LGBTI a partir da interligação entre o Sistema Municipal de Políticas Públicas LGBTI e os demais equipamentos de execução de políticas públicas do município;
- Fazer ampla divulgação dos canais de denúncias com relação à discriminação e violência sofridas pela população LGBTI em todos os espaços públicos e através das diversas tecnologias da informação e mídias;
- Garantir o acesso, condições igualitárias de aprendizagem e a permanência dessa população nas escolas;
- Promover formação continuada para as/os profissionais da educação, saúde, segurança pública, assistência social e demais instâncias da gestão de políticas públicas para um atendimento humanizado da população LGBTI no município de Curitiba;
- Garantir o uso do nome social de travestis e transexuais em todas as áreas da gestão pública municipal e em todos os espaços do município;



- Promover a saúde integral da população LGBTI, com ênfase nas especificidades dessa população e nos efeitos físicos e mentais decorrentes da LGBTIfobia, inclusive no que se refere à saúde mental, com prevenção ao suicídio, sobretudo em relação à juventude;
- Desenvolver políticas públicas e sociais geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de lgbti-empendedorismo;
- Criar espaços públicos qualificados para acolher a população LGBTI expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violências e discriminações;
- Promover campanhas permanentes em todos os âmbitos da administração pública municipal, nos espaços físicos e virtuais, em relação a possível punição nos casos de LGBTIfobia equiparada ao crime de racismo pelo Estado Brasileiro, em busca da transformação social e enfrentamento da LGBTIfobia;
- Realizar a Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBTI periodicamente, em parceria com os movimentos sociais LGBTI de Curitiba.

8.3 POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

A Juventude sente com grande impacto o índice de desemprego e de desmonte das Políticas Públicas conquistadas ao longo dos anos, e a falta de expectativa está gerando o adoecimento físico e mental e a falta de esperança esmagando os nossos sonhos.

Em Curitiba, presenciamos o surgimento de uma geração de jovens que entram muito mais cedo no mercado de trabalho, correndo o risco de trabalhar a vida toda e nunca ter a carteira de trabalho assinada ou gozar de direitos trabalhistas, uma geração que vê se distanciar o sonho da Universidade, tem pouco ou nenhum acesso à cultura, lazer, esporte e entretenimento. Algumas/ns, entregues à própria sorte, acabam sendo as maiores vítimas das violências e presas fáceis para o mundo da violência e do crime.

A Juventude produz ciência, movimenta a economia e organiza a vida em sociedade, representa uma imensa potencialidade, mas assim como as classes mais pobres, que só entraram no orçamento do Governo Federal nos nossos governos petistas, a juventude só poderá ter explorada a sua potencialidade se for sujeita de direitos, objeto de políticas



públicas específicas e se estiver incluída no orçamento. Esta é mais uma das tarefas das/os governantes petistas. A partir desse compromisso assumido com a juventude, o PT propõe:

- Construir o Plano Municipal de Juventude, com previsão de fundos/recursos para o financiamento das políticas e programas de juventude;
- Criar e ampliar programas públicos de inserção no mercado formal de trabalho, que envolvam desde capacitação das/os jovens até programas de incentivo à contratação formal de jovens, com políticas de primeiro emprego e estágio (Programa Meu Primeiro Emprego);
- Criar programas de apoio e fomento aos cursinhos pré-vestibular populares;
- Promover projetos e serviços que trabalhem com jovens em situação de drogadição, disponibilizando meios adequados de prevenção, acompanhamento e tratamento;
- Enfrentar o genocídio da juventude negra e elaborar o Plano Municipal de Redução dos Homicídios dessa população, com propostas de diminuição radical da letalidade da polícia, como a desmilitarização da Guarda Municipal, promoção de segurança preventiva, formação qualificada e continuada das/os agentes policiais e a implementação de políticas de controle social da ação policial, como ouvidorias e corregedorias independentes.
- Criar incentivos à produção e fruição cultural da juventude local, como vale cultura, cartão cultural, meia entrada ou livre acesso a estudantes e jovens de baixa renda a eventos culturais do município;
- Ampliar a rede de inclusão digital a partir da instalação de rede wi-fi livre em espaços públicos do município, com atenção especial às periferias urbanas.
- Criar equipamentos públicos descentralizados para a prática de esportes não profissionais para a juventude, como a construção de quadras de futebol, pistas de skate, ciclovias, pistas de atletismo e outros nos bairros e vilas de acordo com a demanda local.
- Facilitar e ampliar o acesso ao cartão de estudante e possibilitar o uso aos sábados, domingos e feriados.



- Fomentar práticas agroecológicas a partir da organização de jovens de Curitiba, com a implementação de hortas comunitárias, quintais produtivos e jardins comestíveis nas escolas, nos terrenos sem uso, nas praças e em outros espaços públicos.
- Incentivar e facilitar o acesso de jovens do campo em cursos técnicos e universitários.
- Realizar a Conferência Municipal da Juventude periodicamente, em parceria com os movimentos sociais das juventudes.



9. CULTURA

A cultura é elemento formador da identidade e autoestima de um povo, é um direito básico de cada cidadã/ão. Esta afirmação ganha ainda maior importância neste momento que o país atravessa, com um presidente que nega a cultura e a ciência, espezinha as/os produtoras/es culturais e estimula todo tipo de manifestações obscurantistas, atentando contra a condição básica para uma pujante vida cultural: a liberdade.

A cultura é a expressão da alma de um povo. Cabe ao poder público prover as condições para que, de um lado, todas/os possam ter acesso aos bens culturais e, de outro, a produção cultural possa florescer livremente. E isto pressupõe uma política cultural audaciosa, libertária, que não esteja presa pelas amarras do mercado.

Curitiba não ficou imune aos ventos da regressão cultural. Já faz tempo que a cidade deixou de oferecer opções criativas para a vida cultural, como produção e fruição. A atual gestão, porém, foi mais longe no descaso com a produção e as manifestações culturais da cidade.

O Partido dos Trabalhadores propõe uma virada radical no campo da cultura. Uma virada que terá como elementos estruturantes a plena participação das/os produtoras/es culturais da cidade e o pleno acesso de todas/os aos bens culturais. A democratização da cultura será um fator de combate a todas as desigualdades. A cultura será encarada em seu sentido mais amplo, transversal, alimentando e se alimentando da educação, do turismo, do meio ambiente, da saúde, do esporte e do lazer. A cultura será um fator importante de desenvolvimento econômico e gerador de emprego e renda.

Propomos, para atingir esses objetivos:

- Instituição do Sistema Municipal de Cultura. O ponto de partida será a convocação de uma Conferência do setor cultural de Curitiba, para discutir as diretrizes de uma nova política cultural, que considere a diversidade local e respeite as expressões, manifestações e segmentos, como: as culturas populares, a música das/os jovens da periferia, de povos tradicionais, de matriz africana e indígenas. Essa Conferência deverá ser realizada periodicamente.
- Criar um Fundo Municipal de Cultura dotado de recursos próprios, com realização de editais periódicos e eleição de um Conselho de Políticas Culturais.



- Elaboração de um Plano Municipal de Cultura com metas e participação social.
- Realizar o Cadastro Cultural da Cidade com artistas, trabalhadoras/es da cultura, gestoras/es culturais, produtoras/es, grupos culturais e representantes de povos e comunidades tradicionais.
- Estruturar um sistema de equipamentos culturais públicos, incentivando a criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, bibliotecas e centros culturais, possibilitando a exibição, a fruição e a produção de bens culturais.
- Desenvolver calendário contínuo de ações nas diversas linguagens artísticas e manifestações culturais por meio de festivais, mostras, festas, feiras, programas musicais e exposições, a partir da interlocução com as/os produtoras/es locais.
- Recuperar e criar Pontos de Cultura integrados em rede.
- Tornar as escolas espaços de fruição e formação em Arte e Cultura.
- Preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, com tombamento de prédios, incentivo à ocupação planejada para a preservação do acervo e da memória.
- Consolidar o corredor cultural da cidade, contribuindo para o turismo cultural e geração de novas oportunidades de emprego e renda.
- Valorizar os festejos populares e as/os artistas locais, propiciando a descentralização dos eventos culturais e a criação de polos espalhados pelos bairros do município, inclusive, e principalmente, nas comunidades de favela e periféricas. De imediato, propomos a criação de um Centro Cultural na região Sul da cidade, região sempre esquecida pelo poder público.
- Uma política de leitura que vá além das poucas bibliotecas, mas que leve o hábito da leitura para os bairros da cidade.
- Desenvolver uma política de memória que não se limite à glorificação do passado de uma pequena parcela da população, mas que resgate a história daquelas/es que construíram a cidade, como originárias/os de Curitiba ou imigrantes, com suas lutas, seus costumes, suas tradições.
- Incentivar, inclusive com financiamento público, a cultura LGBTI no Município de



Curitiba, apoiando a Parada da Diversidade, Festival Cultural LGBTI, espetáculos teatrais, blocos de carnaval, mostra de filmes e demais atividades que trabalhem com essa temática.

- Promover acesso a bens e serviços culturais a toda população LGBTI de forma a garantir o exercício pleno da cidadania.
- Incentivar, inclusive com financiamento público, a cultura do *slam* de Curitiba.
- Incentivar, inclusive com financiamento público, as culturas negras, das comunidades de favelas e periféricas de Curitiba.

Em resumo, nosso projeto é uma política cultural transformadora, criar condições para que a arte e a cultura possam se desenvolver livremente e incidir positivamente nas relações humanas. Uma política que afirme a arte, a cultura, o conhecimento como patrimônios da humanidade, que não podemos deixar que sejam negados ou partilhados apenas por uma minoria. É este o dever do poder público, dever que vem sendo negligenciado, quando não ignorado, pela atual gestão municipal.



10. ESPORTE E LAZER

O governo do PT garantirá o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, sendo que as escolas municipais terão um papel fundamental. Daremos uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer. Estimularemos os momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas, entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular. Nosso programa para esporte e lazer é composto das seguintes diretrizes e propostas:

- Construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
- Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.
- Promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer.
- Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público.
- Abrir as quadras poliesportivas das escolas às comunidades.
- Capacitar gestoras/es, técnicas/os e lideranças esportivas comunitárias.
- Desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas.
- Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, pessoas adultas, idosas e com deficiência.
- Implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade



e nos espaços onde a população realiza atividades.

- Dialogar com as federações esportivas, visando contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto.
- Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade.
- Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando as/os técnicas/os e apoiando o trabalho realizado com materiais esportivos adequados.
- Aprimorar as aulas de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania.
- Organizar jogos escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas.
- Disponibilizar equipamentos públicos adequados e criar programas para a prática esportiva profissionalizante para a juventude, como escolas de futebol, vôlei, atletismo e outros, a fim da descoberta e valorização dos jovens talentos.



11. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realização desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento que reafirmamos a importância da participação cidadã vir acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública. O exercício da participação cidadã, acompanhada do controle social, construirá uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Nessa conjuntura de crise econômica, o Orçamento Participativo será ainda mais importante, pois permitirá que o governo identifique com nitidez as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população.

Em 2021, o Plano Plurianual, que define as prioridades para os quatro anos de governo, será elaborado de forma participativa. Essas prioridades orientarão as futuras discussões do OP. Será constituído o Conselho do OP, com representações eleitas, responsável por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano. Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas específicas, como na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde etc.).

O envolvimento da sociedade inclui também o espaço digital no Orçamento Participativo e na ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas.

Essa prática de Governo Aberto, será importante porque, além de gerar uma cidade mais



sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos. Assim, propomos as seguintes ações:

- Consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações.
- Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção às/aos usuárias/os dos serviços e equipamentos públicos.
- Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias.
- Fornecer informações apresentadas de forma transparente e objetiva, com recursos de visualização, acessibilidade e outras estratégias capazes de tornar a participação da/o cidadã/ão o mais fundamentada possível.
- Realizar atividades de formação para as/os conselheiras/os sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, a função social dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.



GESTÃO PÚBLICA

Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais serviços com melhor qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental. Esses objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura em cumprir suas funções, e também em garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental. Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável.

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfrentando esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por toda a cidade. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, as/os servidoras/es públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais das/os servidoras/es será democrático e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas será feita de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e das/os servidoras/es e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou PPPs, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.



Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Tornaremos a/o cidadã/ão o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e pela Internet. Avançaremos para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das Cidades Inteligentes, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos. Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, incentivando as empresas locais, especialmente as pequenas, o que acaba revertendo em geração de emprego e renda em nosso território.